

**Río Paraguay: El mejor río del mundo:  
Reflexões sobre o papel histórico e geoestratégico dos caminhos fluviais.**

**Maria do Carmo Brazil<sup>1</sup>**

**Resumo:** Os grandes rios sempre foram entendidos como “estradas que andam”, agentes de ligação e comunicação e em alguns aspectos barreiras para as realizações humanas. As atividades desenvolvidas nos vales fluviais deram feições diversas aos cursos, convertendo-os em grandes reservatórios necessários para a irrigação da produção agrícola ou em grandes caminhos móveis capazes de vitalizar o comércio entre as nações. A partir destas premissas procurei refletir o Rio Paraguai com destaque para seu papel e sua função histórica. São aspectos que envolvem antigos interesses coloniais de portugueses e espanhóis, cuja estratégia visava seu controle, o aproveitamento de seus recursos naturais, sua navegabilidade e outras formas de exploração. A hermenêutica desta análise comportou questionamento sobre a identidade histórica pautada nas múltiplas temporalidades, posto que a abordagem sobre as águas é pontuada por “belos fósseis” de duração e permanências, e por isso não permite cortes cronológicos. Procurei reunir reflexões sobre movimentos, encadeamentos de relações sociais e fatos históricos importantes na construção da memória da nação brasileira. Desde o período colonial o referido rio apresentou elo entre portos, localidades interiores e países sul-americanos.

**Palavras chaves:** Geo-história fluvial, pantanal, rios dos papagaios, mar interno brasileiro.

**Résumé :** Les grands fleuves ont toujours été considérés comme des "routes qui se mouvementent", des instruments de liaison et de communication et, à certains égards des barrières pour les conquêtes humaines. Les activités développées dans les vallées fluviales ont donné divers aspects à son flux, permettant leur conversion en grandes citernes nécessaires à l'irrigation, à la production agricole ou des voies permettant de viabiliser les échanges commerciaux entre les nations. À partir de ces prémisses j'ai essayé de penser le fleuve Paraguay en mettant l'accent sur son rôle et sa fonction historique. Ce sont des aspects qui impliquent les intérêts coloniaux de l'Espagne et du Portugal, dont la stratégie visait son contrôle, l'exploitation de ses ressources naturelles, sa navigabilité et autres formes d'exploitation. L'herméneutique de cette analyse comporte l'interrogation sur l'identité historique basée sur une longue durée, étant donné que l'approche sur les eaux est axée sur de "Belles fossiles" chronologiques et de continuités, ce qui ne permet pas une division chronologique. J'ai essayé de réunir les réflexions sur les mouvements, les réseaux des relations sociales et des faits historiques qui sont importants pour la construction de la mémoire de la nation brésilienne. Depuis la période coloniale, le fleuve supra-cité présente un lien entre les ports, les villes et villages des confins et les pays de l'Amérique du sud.

**Mots-clés:** Fluvial histoire-géo, pantanal, rivières de perroquets, mer intérieure brésilienne.

## **1. POR UMA HISTORIOGRAFIA DA PAISAGEM**

Entre as últimas décadas do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX a Europa conheceu expressivo avanço tecnológico e industrial capaz de transformá-la no mais poderoso dos continentes, característica que perdurou até a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Nesse período, o Velho Continente ganhou o mundo buscando domínios territoriais, políticos, econômicos e sociais sobre África, América, Ásia e Oceania. Esse processo de dominação, caracterizado pela ampliação de mercados de consumo para escoamento de bens industrializados e pela busca de polos de fornecimento de matérias primas a baixo custo também envolveu o domínio científico, pautado no discurso da “superioridade” técnica e racial do europeu sobre os demais povos do planeta. (Cf. Brazil & Pereira, 2013, p. 183-184).

---

<sup>1</sup> Professora Titular em História do Brasil da Universidade Federal da Grande Dourados/UFGD (Brasil). Docente do Programa de Pós-Graduação em História da UFGD . Autora, entre outros, de *Fronteira Negra: Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso 1718-1888*. Passo Fundo: EdiUPF, 2002. E-mail: [mc.2708@hotmail.com](mailto:mc.2708@hotmail.com)

No âmbito acadêmico e científico ainda era forte a influência da escola metódica, defendida por Ernest Lavisse, Gabriel Monod, Charles Victor Langlois, Charles Signobos, , Alfred Nicolas Rambaud e Denis Jean Achille Luchaire. O êxito dessa corrente alcançou as primeiras décadas do século 20 e influenciou predominantemente a pesquisa, a escrita e pensamento histórico. Entre as principais características da escola metódica destacaram-se a narrativa pela enumeração dos fatos reconstituídos; o caráter iluminista, dotado de racionalidade e rigidez dos métodos objetivos e a cega crença de que apenas os documentos podiam garantir objetividade e a validade científica.

Apesar da forte influência dos metódicos no meio acadêmico, o alvorecer do século 20 foi também o momento em que o filósofo Henri Berr, através da gestão da *Revue de Synthèse Historique* projetou-se como um dos principais pensadores a opor-se aos preceitos da escola metódica. Berr entendia que além de ser um exercício de erudição, a história era o pilar do progresso humano. Para além dos debates teóricos, uma das particularidades da *Revue de Synthèse Historique*, a nova comunidade historiadora passaria a realizar ações definidas, a partir de demandas coletivas, baseadas na contemporaneidade. Por cinquenta anos a Revista ficou sob a direção de Berr e serviu para reunir teóricos sociais, geógrafos, economistas, psicólogos e historiadores, com destaque para Émile Durkheim, Paul Vidal de la Blanche, François Joseph Charles Simiand , Henri Wallon e Lucien Paul Victor Febvre. Estes intelectuais combatiam os princípios do positivismo presentes na tendência metódica.

A ideia de renovar o estatuto da história determinou a dissensão de Lucien Febvre e Marc Bloch, que fundaram a *Revista Les Annales d' Histoire Économique et Sociale*, em 1929, cuja intenção era promover a multidisciplinaridade e a aliança das ciências humanas. Emergia assim uma nova concepção de história, de caráter plural, a partir do casamento entre a *nouvelle histoire* e a chamada *École des Annales*. Este movimento ancorado na Revista *Annales: économies, sociétés, civilisations* buscava ampliar o quadro das pesquisas históricas, no sentido de abrir o campo da história para o estudo das ações humanas nas distintas temporalidades – curta, média, longa duração. A história, evidentemente, passou por significativa mudança no campo das técnicas e dos métodos.

Foi nesse contexto que emergiram entre os historiadores as preocupações com a história da cultura e a reação à história política e econômica. Essa corrente historiográfica conhecida como História Cultural (HC), ao oferecer novas orientações epistemológicas, sobretudo a partir do final da década de 1970, proporcionou a ampliação dos campos temáticos, objetos e fontes, com destaque para as relações entre história e literatura e para a inquietude concernente ao simbólico e suas interpretações. Nessa mesma década (1970), Georges Duby organizou o livro “*Histoire de la France rurale*”, trazendo os camponeses para o centro de investigação histórica. A partir daí a comunidade

historiadora lançou olhar aos documentos tradicionalmente explorados por antecessores, mas com lentes distintas, definidas pela personalidade de cada historiador.

Embora os *Analles* e seus herdeiros tivessem marcado profundamente a escrituração da história, desde 1929, esta não se limitou às orientações da escola francesa. Não sem resistência, a tendência cultural contagiou, sobretudo, a intelectualidade inglesa, italiana, alemã que passou a apresentar propostas de renovação no estatuto da história. De modo especial, o procedimento inovador foi desencadeado por pensadores de orientação marxista que enxergavam os fundamentos constitutivos da sociedade ancorados nas práticas culturais, econômicas e sociais. Essa maneira de proceder teve, no caso da Inglaterra, suas bases consolidadas a partir dos embates teóricos ampliados durante a década de 1950, envolvendo intelectuais do marxismo inglês, no interior do Partido Comunista Britânico (PCB). No ano de 1952, historiadores como Christopher Hill, Edward Palmer Thompson, George Rudé, Eric Hobsbawm e Rodney Hilton, fundaram *Past and Present*, revista que representou de modo organizado, as novas tendências de valorização da dimensão social e econômica na História. A Revista representava um veículo de difusão dos trabalhos produzidos a partir de um mesmo programa de ação e ideias em relação ao materialismo histórico, clássico modelo teorizado por Marx no século 19. Foi na *Past and Present* que Edward Palmer Thompson, publicou seus primeiros artigos enfocando aspectos culturais da sociedade inglesa.

A visão tradicional de marxismo que, antes do *Past and Present* preconizava a economia como a base determinante e linear da cultura e da política, passou ser repensada. O universo cultural dos homens, conforme as análises de José D'Assunção Barros (2011) se deslocou da dimensão superestrutural para ser interpretado como “*parte integrante do ‘modo de produção’, e não como um mero reflexo da infraestrutura econômica de uma sociedade*” (BARROS, 2011, p. 42). Fortemente criticado, o modelo esquemático foi deixado para trás para dar lugar às interpretações capazes de apreender a totalidade da vida sociocultural.

Ressalte-se que os historiadores Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Williams, dentre outros, situam-se na gênese dos estudos culturais, os quais numa perspectiva britânica apresentaram-se como os promotores da “história vista de baixo”. Seus estudos influenciaram os campos da sociologia, geografia, história, psicologia, filosofia e a educação. Com esta nova perspectiva os historiadores passaram a expor suas preocupações, angústias, interesses pessoais e campo de pesquisa, conforme ilustra Caire-Jabinet (2003, p. 138):

Na série de textos reunidos por Pierre Nora sob o título explícito de *Essais d'ego histoire*, vários autores explicam sua intenção... A nova história abre-se, portanto, sobre um vasto “território” à escolha de cada um; o resultado é uma crítica normalmente feita: a de uma “história em migalhas”, conforme expressão de François Dosse.

A despeito da severidade das críticas, a Nova História Cultural (NHC) ampliou seu leque de influência. Se a historiografia tradicional foi bastante criticada por privilegiar a trajetória dos “grandes homens” na construção do discurso histórico, a escrita contemporânea tendeu, através do “micro história”, “da história vista de baixo”, da “história oral” e da “antropologia”, a utilizar a biografia como gênero de narrativa e fonte histórica.

Hoje, a história cultural desponta-se como valioso campo de pesquisa e segundo a historiadora francesa Marie-Paule Caire Jabinet ((2003, p.142) preocupa-se ao mesmo tempo com questões jamais consideradas pela historiografia, com destaque para história dos gestos (Jean- Claude Schmitt), das cores (Michel Pastoureau), dos intercâmbios entre a cultura popular e a cultura erudita, das abordagens religiosas, modos de leitura ou manifestação dos sentimentos; história dos comportamentos (desbravada por Philippe Ariès, Michel Foucault, Jean Louis Flandrin, etc); história dos gostos (Jean-Paul Aron que analisa a figura do comedor (comportamentos alimentares), no século XIX, história sensibilidades e das sociabilidades (Alain Corbin); e história dos grupos que se identificam pela idade – os jovens, ou pelo gênero – as mulheres. Para concluir Jabinet (2003, p,123), salienta ainda que *“entre os canteiros mais recentes, encontra-se o da historiografia. Durante muito tempo, considerada como um simples inventário....atualmente objeto de novas pesquisas que realçam os diferente modos de escrever a historia conforme as época.”*

Para Alain Corbin a *“história cultural é feita de recobrimentos, de sedimentações, de inércias, isto é, não se sente as mesmas coisas, segundo uma série de critérios: o sexo, a idade, a categoria social, o local geográfico, a tradição, ou a cultura que se recebeu”*. Nesse sentido o historiador da cultura se propõe a tentar entender e explicar essa complexidade, constituída de atitudes muito distintas, segundo os indivíduos e segundo os grupos. (Cf, VIDAL, 2005, p. 17)

Das considerações realizadas até aqui procurei realizar a abordagem e a problemática acerca dos rios, enquanto elementos constitutivos da paisagem, buscando autores capazes oferecer contribuições inovadoras na forma de escrever a historia. Da extraordinária literatura sobre a paisagem elenco *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II* (1984), de Ferdinand Braudel, *O homem e o mundo natural*, de Keith Thomas (1988), *Paisagem e Memória*, de Simon Shama (1994), *O Campo e a Cidade* de Raymond Williams (1989), e *O Território do Vazio*, de Alain Corbin (1989). São obras representativas e substanciais para a reflexão historiográfica das águas. Difícil desenvolver um trabalho sobre o espaço natural sem passar pelo poder criador desses autores. São produções com abrangências e objetivos distintos, porém semelhantes em relação à sensibilidade com que foi discutida a problemática da cultura e do mundo natural. Para a historiografia dos rios foi imprescindível a leitura

da obra *O Nilo – A história de um rio*, de Emil Ludwig (1943). Esta é de fato uma obra paradigmática para quem se dispôr a realizar um estudo histórico fluvial.

### 1.1.Os esforços de Braudel e Corbin

A proposta de realizar o estudo de um rio exige análises das mais variadas orientações teórico-metodológicas. Mesmo ciente das severas críticas à metodologia braudeliana, realizei uma leitura de *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na época de Felipe II* (1984) considerando que esta obra se propôs a explicar os “*laços entre a história e o espaço*” (1984). Publicada em 1949, a obra privilegiou o mar ou um “complexo de mares” como principal personagem histórico. No entanto, fatalismo, ecletismo, determinismo geográfico e sincronismo foram os principais problemas apontados pelos críticos da visão braudeliana. Mas, partindo do pressuposto de que o historiador, ao tratar com equidade as tendências metodológicas, dispensa a análise apriorística dos fatos, a forma de abordagem desenvolvida por Braudel foi estudada com o objetivo de haurir o que há de racional e científico em sua produção, como a percepção de distintas temporalidades, e apontar seus limites teóricos, como a interpretação sincrônica da realidade.

Braudel (1984, p. 21) defendeu uma história “*quase imóvel, que é a do homem nas suas relações com o meio que o rodeia, uma história lenta, de lentas transformações, muitas vezes feitas de retrocessos, de ciclos sempre recomeçados*”. Neste discurso, o falecido historiador francês rejeita as “*vagas ou clarões enganosos do acontecimento*” (AYMARD, 1989) no qual apenas os homens designados por nomes próprios fazem parte da história (RANCIÈRE, 1994). Trata-se de uma proposta inovadora capaz de revelar o “*homem em suas relações com o mundo que o circunda*” (AYMARD, ibidem, p. ???). Ao discutir “*a parte do meio*”, Braudel (1984, p.21) dedicou longas reflexões sobre a geografia física do Mediterrâneo (as penínsulas, os mares, os litorais e o clima) articulada à “*unidade humana: rotas e cidades-cidades e rotas*”, enfatizando o papel das vias terrestres e marítimas, a arte náutica, os problemas urbanos, as doenças, os povoamentos e os movimentos.

É inegável a contribuição de Braudel para o avanço da ciência histórica. Entretanto, conforme observou Aymard (1989), a “*herança*” por ele deixada aos historiadores, necessita de “*cláusulas*” quanto à questão do esquematismo e dos pensamentos “*já prontos*”. Isto significa que cada problema levantado possui características, hipóteses e condições circunstanciais a que se somam os aspectos mais importantes da investigação científica, como a criatividade e a habilidade crítica do historiador.

Visitar o Mediterrâneo através de Braudel sugere considerar as distintas temporalidades (tempo longo, curto e intermediário), ciente, no entanto, de que no discurso braudeliano os fenômenos ocorridos aparecem destacados uns dos outros, desarticulados teoricamente entre si. Para o historiador

os acontecimentos históricos são vistos, portanto, como simples “*clarões*” lançados no denso e diverso ritmo do tempo.

Importa repensar a metodologia braudeliana sem, entretanto, se encantar com a força de seus argumentos discursivos, pois esta facilita a construção da imagem dos rios ou dos mares como meros componentes espaciais, restringindo-lhes a realidade dos movimentos, no sentido concreto, natural e sócio histórico. E como a imaginação é entendida como centro vitalizador da realidade, evocador dos “*sentidos das coisas*,” é arriscado submetê-la aos modelos redutores de uma história “*quase imóvel*”, como propôs Braudel.

Durante a definição do discurso histórico sobre o rio Paraguai, algumas obras básicas foram também utilizadas como recurso para a reflexão sobre a problemática da ação dinâmica e criadora do imaginário na compreensão da realidade. Corbin (1989, p. 301), por exemplo, ofereceu orientações metodológicas basilares sobre o imaginário enquanto representação da realidade. Estudar o rio Paraguai como espaço de vida e agente geopolítico implica em compreender como os homens do passado procediam e explicavam as orientações antigas (filosóficas ou religiosas) e incorporavam-nas a “*um conjunto coerente de representações e práticas*” (CORBIN, *ibidem*).

Importante ressaltar as observações de Laurent Vidal (2005, p. 11-31) que na década e 1950 Corbin abandonou as teses ditas “*labrousseanas*”<sup>2</sup>, seguidas por pelo menos um terço do território francês, cuja orientação fundava-se na convicção de que era indispensável o estudo das infraestruturas, da economia, com destaque para rendas, e então abordar a sociedade para finalmente, alcançar as atitudes políticas e a história das mentalidades Segundo Jabinet (2003, p. 139)<sup>3</sup>, toda uma geração de historiadores apaixonou-se pela possibilidade interpretativa oferecida pela história das mentalidades na qual, segundo a feliz formulação de Emmanuel Le Roy Ladurie, lembrada por Michel Vovelle, “faz a história subir ‘do porão para o sótão’”<sup>4</sup>, no sentido de extrair o aspecto singular dos sujeitos estudados. Isto significa, segundo Georges Duby (1991, p.151), que os seguidores desse viés não aceitavam separar o indivíduo do seu corpo social: “*Por mentalidades, entendíamos o conjunto fluido de imagens e de certezas desarrazoadas ao qual se reportam todos os membros de um mesmo grupo*”.

---

<sup>2</sup>Na década de 1950, segundo Corbin, quando se queria estudar uma região, era necessário dirigir-se ao historiador Ernest Labrousse, o qual, de Paris, tinha imensa influencia entre os franceses. especializado em história social e econômica. Labrousse conduzia um modelo de interpretação histórica ancorado em três eixos: econômicos, sociais e culturais-traduzido na análise quantitativa, conhecida por “*Cliometria*”. Por esse modelo de análise o historiador devia rejeitar fontes biográficas e as narrativas de informantes individuais. Esta era a base de historiografia tradicional, no qual Labrousse aplicava métodos estatísticos, influenciando toda uma geração de historiadores. (Cf. VIDAL, 2005, p.15)

<sup>3</sup> A história das mentalidades era um campo praticamente ignorado. Michelet, ainda no século XIX tentou sem sucesso realizar algumas abordagens por esse viés. Mas foi Lucien Febvre que desenvolveu a curiosidade pela história das mentalidades: “Seus estudos sobre Rebelais e Margarida de Navarra lançam as primeiras bases. É nos anos de 1960 que o termo ‘*mentalidade*’ entra em moda”. Cf. JABINET (2003, p. 138).

<sup>4</sup>. Em nota, o historiador britânico Peter Burke informa que, segundo Michel Vovelle, a frase “do porão ao sótão” foi criada por Emmanuel Le Roy Ladurie. Cf. BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo, Unesp, 1991, p. 81

No que concerne ao mundo natural, Alain Corbin (1989, p.301) ofereceu valiosa contribuição metodológica para mostrar que a *"paisagem é como um emissor de imagens que facilitam a passagem do consciente ao inconsciente"*. Na obra *O Território do Vazio- a praia e o Imaginário Ocidental*, o referido autor recorreu a poesias, pinturas marítimas e obras religiosas para captar as inúmeras visões do mar ao longo do tempo. Emprestando *"os olhares e emoções"* dos homens do passado, observa que até o século XVIII, por exemplo, na Europa, o mar confundia-se com as forças selvagens da natureza. Mesmo com as *"Grandes Navegações"*, o conhecimento científico dos oceanos misturava-se aos mitos e ao imaginário. Seus dados foram extraídos dos relatos de viagens pitorescas, de escritos românticos e de memórias contemplativas da teologia natural desenvolvidas à beira mar nos séculos XVII e XVIII. Deste procedimento científico fica a lição de Corbin : *" Vale mais concentrar a atenção na história dos desejos, das curiosidades, dos sistemas perceptivos e discursivos que organizam os testemunhos (...)"* (CORBIN, 1989,p. 301). Nesse ponto, sugere o reexame da noção braudeliana sobre os fenômenos históricos, os quais apresentam-se dispostos em tempos diferenciados. Segundo Corbin, esta visão impõe *"a imagem dos rios, mais ou menos rápidos e agitados, que não misturam suas águas"*. Nesse sentido, torna-se difícil *"assinalar as gêneses, traçar as genealogias, e, sobretudo, detectar a coerência das representações, tais como se estruturam em uma determinada época"*. Corbin, *ibidem*). Em outras palavras, o modelo proposto por Braudel, explica Corbin, apresenta-se como uma barreira intransponível para uma *"autêntica história sociocultural"* (*Ibidem*).

Enquanto a tendência braudeliana ressalta o espaço como elemento primordial para as realizações humanas enfatizando, sobretudo o tempo como o nutriente essencial dos fenômenos, as orientações de Corbin propõem o exame da forma e dos mecanismos com que os homens de cada época e de cada categoria social, interpretaram *"os esquemas antigos e os reitegraram a um conjunto coerente de representações e práticas"* (*Ibidem*).

## **1.2 As contribuições de Simon Shama e Keith Thomas**

Outros caminhos conduzem à história da paisagem e, portanto, à história das águas, desvendando a dinâmica relação entre civilização e natureza. Estes caminhos foram percorridos por Simon Shama (1996) e Keith Thomas (1996). Thomas, por exemplo, delimitou seus estudos ao universo social inglês e explorou intensamente a escrita literária ponderando que, apesar de seus limites como fonte histórica, *"não há nada capaz de superá-la como guia para os sentimentos e ideias, pelo menos dos setores articulados da população"* (THOMAS, 1996, P. 19). Para compor sua obra *O Homem e o Mundo Natural*, Thomas organizou os estudos realizados pelo historiador inglês George Macaulay Trevelyan e mostrou, através da história e da literatura, o *"predomínio do homem sobre o*

*mundo animal e vegetal*” (*Ibidem*), em fins do século XVIII, a despeito da força das "*sensibilidades morais e estéticas*” (*Ibidem*), presente no imaginário ocidental.

Para refletir sobre o processo de exploração do mundo natural, Keith Thomas mencionou Lynn White Jr. como um historiador que mostrou o legado religioso europeu como o fator determinante do caos ecológico verificado na atualidade. Entretanto, Karl Marx foi, também, consultado para apontar a "*influência civilizadora do capital*” (*Ibidem*, p.29) como a grande responsável pelo fim da "*deificação da natureza*” (*Ibidem*). Saber se o cristianismo era ou não antropocêntrico tem pouca relevância para Keith Thomas. O principal objetivo deste autor é demonstrar que, no início dos tempos modernos, os mais importantes expoentes ingleses eram indubitavelmente antropocêntricos (*Ibidem*, p. 30). Só depois que a "*civilização humana*” (*Ibidem*, p.31 ) violentou a natureza para submetê-la à nova ordem econômica, fundada na "*propriedade privada e na atividade monetária*” (*Ibidem*, p.29), é que teve início a inquietação ecológica dos homens:

(...) o começo do período moderno gerou sentimentos que tornariam cada vez mais difícil os homens manterem os métodos implacáveis que garantiram a dominação de sua espécie. Por um lado, eles viram um aumento incalculável de conforto, bem-estar e felicidade dos seres humanos; por outro lado, davam-se conta de uma impiedosa exploração de outras formas de vida animada. (*Ibidem*, p.358)

Como conviver com os impasses gerados pela acentuação dos sentimentos de valorização do mundo natural e, ao mesmo tempo, usufruir dos benefícios trazidos pela modernidade, depois da impressionante "*conquista da natureza*”? O trabalho de Keith Thomas convida o leitor a refletir em torno de mais essa contradição sobre a qual "*assenta a civilização moderna*” (*Ibidem*).

### 1.3. A linguagem dos rios

Se Braudel (1984) e Corbin (1989), em caminhos metodológicos distintos, elegeram o mar como o elemento espacial capaz de descobrir os sistemas explicativos aquáticos, cujas funções explicam alianças, argumentos discursivos e intrigas sociais em uma determinada época, Simon Shama preferiu discutir a complexidade da cultura ocidental a partir dos rios. Em *Paisagem e Memória*, Shama (1996) dedicou um capítulo ao elemento "*água*", desenvolvendo o tema "*rios e história hidráulica*". Para Shama "*em cada árvore, cada rio, cada pedra, estão depositados séculos de memória*". Nesta perspectiva, uma de suas principais referências foi o rio Nilo, cujas nascentes mantiveram-se desconhecidas durante centenas e centenas de anos. Ao longo do estuário deste rio, entre montanhas, florestas e desertos arenosos, foi enredada a fantástica imagem dos tempos. Os mitos fluviais, lembra Shama, emitiam princípios norteadores às sociedades hidráulicas dispostos no diálogo de Platão:



“No diálogo de Platão, Crítias define o Nilo como um rio “salvador”: suas águas sobem gradativamente, ao contrário das torrentes gregas que despencam das altas montanhas, ameaçando de destruição cidades como Atenas. Essa coerência de comportamento, prossegue Crítias, é a razão essencial pela qual, no Egito, os templos e monumentos se preservaram melhor que em outros lugares; o que faz do Nilo o rio da longevidade, da memória”. (SHAMA, 1996, 264)

O mito de Osiris e Isis, por exemplo, inspirou o culto à liberdade, estabeleceu relações entre o regime do Nilo e o Antigo Regime e influenciou sociólogos como Karl Marx e Karl Wittfogel, que sugeriam uma interligação funcional entre as *"sociedades hidráulicas e o despotismo"*, ou seja, *"só um regime de absoluta escravidão poderia mobilizar a mão-de-obra necessária à construção e manutenção dos canais de irrigação e diques dos quais dependia a agricultura intensiva"* (SHAMA, 1996, 266). Faraós e inúmeros conquistadores, sobretudo romanos e franceses, buscaram nas águas do Nilo o poder, o conhecimento e a imortalidade. Todos ambicionavam a sabedoria sobre os mais antigos segredos da humanidade, dispostos numa extensão de mais de seis mil quilômetros de curso. Desvendar os segredos de suas nascentes significava *"possuir e dominar os tributários"*, daí a *"determinação ocidental de dominar o Nilo e a astúcia daqueles que protegiam seus mistérios"*. Todas as considerações em torno do *"mito fluvial egípcio"*, relativas, sobretudo, à fecundidade, à abundância e aos períodos de seca e fome tinham ressonâncias políticas, coincidindo, portanto, com *"rupturas na sucessão de faraós"*. (SHAMA, 1996, 266-267).

Para Simon Shama (*Ibidem*), o *"rio podia conferir poder e também retirá-lo"* e, na medida em que se imagina a grande fertilidade ocorrida no vale do Nilo, é possível compreender a reverência sagrada dos homens pelo rio que os nutria. Assim, a linguagem dos rios pode traduzir *"imagens para a vida e morte de nações e impérios e para a fatal alternância entre comércio e calamidade"*. E se as culturas orientais *"viam os rios sagrados como elos temporais e topográficos"*, o ocidente romano entendeu os rios como *"estradas que podiam se tornar retas; que transportavam mercadorias e, se necessário, homens armados; que definiam entradas e saídas"* (SHAMA, 1996, 266-267). Sobre esse ponto, Shama mostra a dinâmica da organização histórica ocidental baseada na imaginação linear dos latinos em relação aos rios como verdadeiros *"fluxos de poder e tempo"*, decisivos para os destinos dos impérios, os quais precisavam deter o conhecimento sobre suas cabeceiras e estabelecer o domínio de seu curso até alcançar a embocadura. A obra de Shama oferece, portanto, elementos elucidativos na definição do discurso histórico sobre os rios.

Antes das inovações braudelianas o estudo dos rios sofria os efeitos de um olhar mais espacial que temporal. Mas, muito antes de Braudel, Emil Ludwig publicou, em 1943, o clássico livro *"O Nilo - a história de um rio"*. Nesta obra o protagonista da história é o rio, ou seja, a análise potamográfica se impõe. E o rio, a partir de seu grandioso cenário, ganhou significado histórico na elaboração do enredo. Como na proposta geo-histórica de Braudel o espaço representou a chave para a leitura da

sociedade. Refletir sobre o mar, o rio ou outro elemento do mundo natural significava a pré condição humana na conquista de seu lugar na história. Ludwig, escritor de histórias de vida de homens como Mussolini, Roosevelt, Lincoln, Bismarck, Napoleão, Goethe, Bolívar, entre outros, revelou, com emoção, o momento em que sentiu a necessidade de escrever a *“epopéia do Nilo”*: *“Toda vez que narro a vida dum homem, flutua-me ante o espírito a imagem e o destino dum rio; só uma vez, porém, me sucedeu ver num curso d’água o destino do homem. Quando, em fins de 1924, avistei a represa de Assuan,...”*. (LUDWIG, 1943, p. 11)

A realização científica de Ludwig, ao traçar a escrita do Nilo, conferiu ao rio o seu significado espacial e histórico e instaurou um paradigma poderoso do discurso que, mais tarde (1949), Braudel denominou como “geo- histórico”. Este método, além transformar a análise geográfica em “pano de fundo” para o historiador, livra o pesquisador de cair no confinamento às ciências ambientais. Trata-se de um discurso norteador para os escritos históricos fluviais. Logo nas primeiras leituras de contato e impressão da obra, é possível observar a intenção de Ludwig em narrar a aventura e o sentido mais profundo do Nilo e descrevê-lo como se escrevesse a história da vida de “grandes personagens”. É possível extrair do conjunto de traços particulares de um rio - tal como na história dos “grandes homens”- *“a íntima fatalidade de sua existência”*? Como situar a proposta de Ludwig de descrever o Nilo *“em cores, o que o técnico registra em algarismo e sistemas”*? (LUDWIG, 1943, p. 11) Estas indagações invadem o domínio das imagens e intensificam a relação entre o espaço e o tempo.

A proposta de penetrar na intimidade do Nilo, participar dos movimentos de sua paisagem para, enfim, conhecer e narrar sua história, exige um recurso científico mais profundo que o difícil gênero da biografia, uma vez que a meditação diante do espetáculo grandioso da natureza determina um discurso desembaraçado das malhas do tempo, já que o espaço, mais que o tempo, figura-se como o núcleo vital do tema desenvolvido por Ludwig.

Nas análises sobre a dinâmica dos espaços, Bachelard (1996, p. 19) explica que *“o espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente entregue à mensuração e à reflexão do geômetra. É um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parcialidades da imaginação. Em especial, quase sempre ele atrai”*. De fato, fascinado pelos mistérios das nascentes do Nilo, pelos impressionantes templos e túmulos da era dos faraós e pela simétrica arquitetura da famosa barragem em Assuan, Ludwig, com o auxílio do governo egípcio, inglês e etíope, estudou o Nilo entre os anos de 1930 e 1934, venceu as vastas distâncias através de trem, avião, barcos a velas e a vapor, no lombo de camelos e mulas, para observar e registrar os aspectos diversos do rio.

Frente aos espetáculos variados provocados pela imensidão da paisagem, o biógrafo experimentou uma intensa inclinação no sentido de construir a história do Nilo, em cujo espaço estão depositados, nas palavras de Bachelard, *“belos fósseis de duração concretizados por longas*

*permanências*” (BACHELARD, 1996, p. 29). De longuíssimo prazo, os acontecimentos vividos pelo homem nilótico encontram-se mergulhados “*no seio do tempo*” e o Nilo converteu-se no espaço vital de antigas civilizações capaz de evidenciar cabalmente a articulada relação entre civilização e natureza. E o tempo, neste quadro, encontrou abrigo na geografia e retraiu-se diante da imensidão e da perenidade de um rio que ainda guarda, em suas margens, magnífico epítome de séculos de história. Nesse sentido, o peso das permanências de cultos e mitos na imaginação dos homens e as relíquias da Antigüidade revelam, pela natureza, o sentido da multiplicidade do tempo.

Sua exposição sobre suas margens alagadiças foi construída a partir do tom verde escuro dos papiros - em cujas fibras “*inscreveu-se a primeira imortalidade*” - e pelo mar de erva amarelada, a que os nativos chamavam “*erva-elefante*” ou “*mãe do algodão*”. (LUDWIG, 1943, p. 64). A descrição da paisagem é animada, ainda, pela presença dos elefantes, pelas minúsculas formigas térmitas, pelos odiados crocodilos e pelas tribos do alto Nilo, como os misteriosos pigmeus e os *dinkas* gigantes, os quais adaptaram-se, através dos tempos, ao ambiente palustre do rio (LUDWIG, 1943, p. 73). Além disso, a descrição das nascentes do Nilo nas cataratas de Ripon e Murchinson, pouco acima da linha do Equador e das quedas de Tississat, na região da Etiópia, enseja a lembrança de Speke, Grant, Baker, Stanley e Emin, os notáveis exploradores que, sem dispor, ainda de recursos tecnológicos, como o telégrafo e o rádio, exploraram as nascentes do gigantesco rio, um dos últimos mistérios da terra desvendados na segunda metade do século XIX.

Durante milênios, narrou Emil Ludwig, o Nilo estabeleceu o controle absoluto na definição de seu próprio curso. O vento, a água e a terra selvagem resguardaram a “*liberdade e a aventura*” do rio mantendo o homem civilizado à distância. O dique vegetal, constituído por “*gigantescas massas flutuantes*” (LUDWIG, 1943, p. 61), representou a enorme fortaleza natural capaz de impedir a passagem livre dos navios. Mesmo durante o Império Romano, inúmeras expedições sucumbiram-se na luta contra os blocos vegetais existentes no indomável rio.

Seria possível “*domesticar*” o Nilo ? Essa questão remete às reflexões de Keith Thomas sobre a “*conquista da natureza*”, aglutinadas em sua obra *O Homem e o Mundo Natural*, onde é possível observar que o desejo do homem em criar associações para “*defenderem-se das feras*” reflete um imaginário extremamente despótico evidenciado no discurso de “*posse*”, “*conquista*” e “*domínio*”:

O ato humano fundamental, considerava Buffon, foi domesticar o cão. Isso levou, concordava Thomas Bewick, à conquista e à posse pacífica da terra. Não fosse o camelo, refletia Helder, os desertos da África e da Arábia teriam permanecido inacessíveis e, sem o cavalo, os europeus jamais conquistariam a América. (THOMAS, 1996, p. 34)

A “*civilização humana*”, entendida como “*conquista da natureza*” difundiu-se, de maneira conjectural com o iluminismo europeu e acentuou-se nas eras Tudor e Stuart, quando se acreditava que “*o controle do homem sobre a natureza era o ideal conscientemente proclamado dos primeiros*

*cientistas modernos”*(*Ibidem*). Quanto ao desejo de “domar” o Nilo, apenas no início do século XX lograram os ingleses remover inteiramente a obstrução natural que dificultava a navegação fluvial. Assim, “*para tornar o Nilo navegável e dominar esse mundo de lodo e de vegetação tropical, converteram-se em canhoneiras os vapores das missões*”. (LUDWIG, 1943, p. 61).

A partir do referencial historiográfico aqui esboçado procurei estudar o rio Paraguai como espaço de vida e agente geopolítico, aspecto que implica em explicar como os homens do passado procediam e pensavam as orientações antigas (filosóficas ou religiosas) e incorporavam-nas a “*um conjunto coerente de representações e práticas*” (CORBIN, 1989, p. 301). Minha abordagem tendeu a seguir as pistas metodológicas oferecidas por Braudel, Corbin, Shama, Thomas e Ludwig, que desde a década de 1940, viram-se preocupados em compreender e explicar o mundo natural através de registros, percepções, raciocínios e sentimentos registrados em fontes diversas pelos homens que viveram as transformações ocorridas nos tempos modernos.

## 2. RIO PARAGUAI

A importância dos rios no processo histórico de um país justifica meu interesse em refletir historicamente sobre o longo caminho percorrido pelo rio Paraguai desde as suas cabeceiras até alcançar, juntamente com o rio Paraná e Uruguai, o mar do Prata, na Argentina. São mais de 2500 quilômetros de curso d'água através de chapadas, pantanais e terras paraguaias para contribuir na formação de um dos mais destacados complexos hidrográficos do mundo - a Bacia do Prata.

O Paraguai é um rio que retrata nitidamente aquilo que Sérgio Buarque de Holanda (1945) chamou de *caminhos que andam*, pois suas águas percorrem fronteiras e realçam no presente os laços de união entre as nações platinas. São as águas poderosas e históricas de seu leito que cristalizaram no tempo a produção material, os conflitos diplomáticos e étnicos, as guerras, os fluxos migratórios e os sonhos que, incansavelmente, continuam a correr em direção meridional da América do Sul, conduzindo para a posteridade as riquezas, a magia, os mitos e a sombra dos heróis nacionais e anônimos permanentemente vivos na memória coletiva da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e, sobretudo, do Brasil. Viajantes, cronistas, memorialistas e poetas produziram desde as épocas mais remotas as imagens, os objetos e as representações contando a vida material das populações ribeirinhas e suas relações com as culturas exógenas. Em produções literárias, escritores, compositores e poetas, dotados da faculdade de despertar emoções fazem reproduzir as cores, ecoar o som e transferir os odores do passado.

Chico Lacerda, Moacir de Lacerda e José Charbel Filho (1979) componentes do *Grupo Acaba* e autores de composições da cultura ecológica brasileira, em geral, e de Mato Grosso do Sul, em particular, oferecem ao historiador elementos ou dados, embora frágeis, capazes de orientá-lo na

construção do que foi o cotidiano dos atores sociais que viveram a aventura de transitar pelas águas do rio Paraguai, a bordo das embarcações, com destaque para o centenário navio Fernandes Vieira: “[...] Porto Esperança, Porto da Manga, Piúva, Corumbá e Cuiabá. [...] a prancha encosta no barranco, sacos e maletas, gente de muletas. Redes estendidas no porão; o cheiro da comida, corre o andar de cima, chegando gostoso no olhar molhado da criança. Lá vai Fernando Vieira (*sic*), subindo o rio Paraguai. Nesta rota de aventuras, eu, meu pai, minha mãe, meu irmão - via boiar melancias, canoas com rapaduras na cheia do nosso chão [...]”<sup>5</sup>

O jornalista José Barbosa Rodrigues (1997) descreveu em seu artigo *Paraguai, o rio dos Papagaios* as características de um rio singular, cujo vale povoado por nativos e ribeirinhos pronunciava-se como um convite ao historiador a revisitar a musa do rio e estudar seu passado "relatando as muitas histórias vividas pelos primeiros desbravadores....os antigos habitantes: o paiaguá, o guató, o guaná e tantos outros povos indígenas hoje [quase] desaparecidos”. Seu discurso, impregnado de paixão pelo grande Paraguai, convida o historiador a acompanhar a *gigantesca caudal* e, assim, desvendar os enigmas pressentidos e guardados e que só o rio é capaz de desvelar.

Barbosa Rodrigues (1997, p.4) encerra seu apelo recorrendo aos escritores, entre eles Ulisses Serra, que descreveu, em poema, o belíssimo espetáculo que é o rio Paraguai: “[...] *Largo, sereno, enfeitado de pássaro e de flores o Paraguai rolando majestoso e plácido*” (*Ibidem*). Para estimular a sensibilidade do historiador evocou, ainda, os versos do poeta corumbaense Pedro de Medeiros o qual, ao observar a calma passagem dos camalotes através das águas, decidiu homenagear o rio: “[...] Verdes, ao léu silenciosos, hei-los à esmo passando, lembram barcos vagarosos...sentidas mágoas levando...” (*Ibidem*).

O historiador mato-grossense Virgílio Corrêa Filho (1955) em *Fazendas de gado no Pantanal mato-grossense* relacionou o homem e o meio geográfico, projetando as áreas ribeirinhas como o universo das relações humanas, compreendidas a partir da povoação, do comércio, das relações de trabalho e acesso aos produtos naturais da terra ou oriundos do próprio rio. Ao abordar o *regime dos rios*, realçou a importância do Paraguai como fator de riqueza material e ambiental, incluindo em seu trabalho ilustrações artísticas que evidenciam a relação do homem com a natureza "*em fases várias de sua faina diária*".(CORREA FILHO, 1955, p. 9)

---

<sup>5</sup> Grupo Acaba é um grupo de música regional de raiz de Mato Grosso do Sul, fundado em 1969 em Campo Grande com o objetivo de pesquisar, desenvolver e divulgar tradições, conhecimentos e crenças populares expressas em canções sobre o antigo Estado de Mato Grosso e atual Mato Grosso do Sul. O Pantanal e o homem pantaneiro são os temas de suas músicas. Em suas composições o *Grupo Acaba*, há descrições sobre o homem, a fauna e a flora, e as canções transmitem a alegria das cores e as *dores* do povo pantaneiro, conforme eles mesmos dizem. Cf. GRUPO ACABA – *30 anos de música, cultura e pesquisa*. Campo Grande: RG Editora/ Fundação de Cultura de MS, 1998.

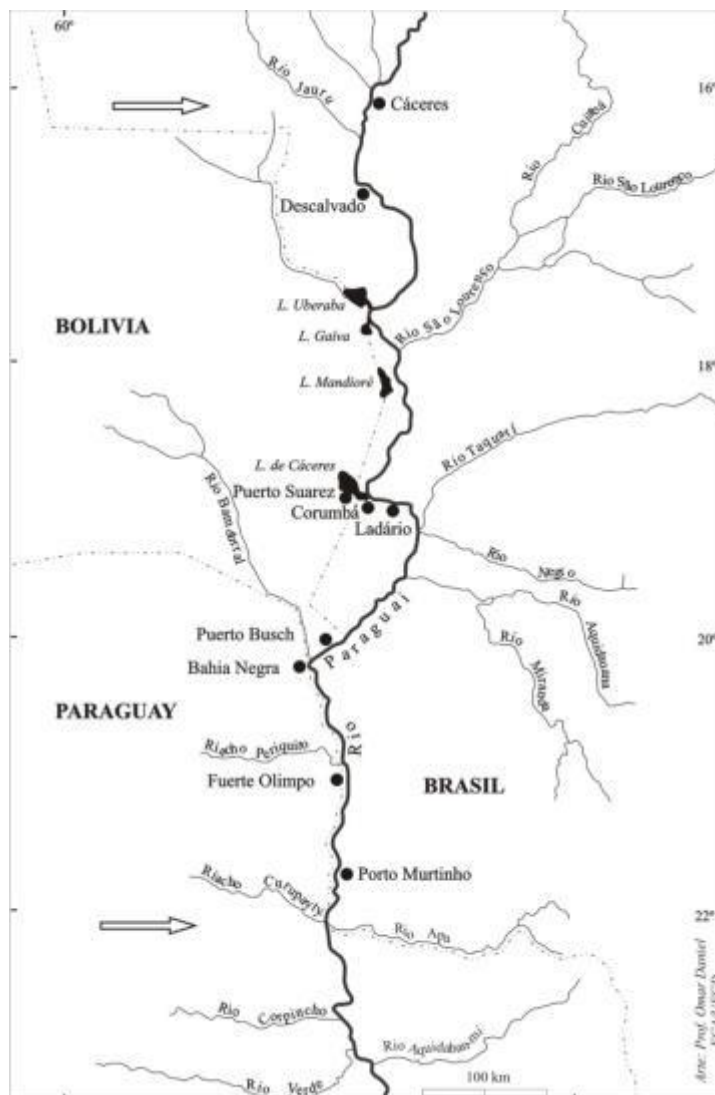


Figura 1. Principais rios do Pantanal, abrangendo Brasil, Bolívia e Paraguai, correspondentes à porção do Alto Paraguai (Rio Apa-MS a Cáceres-MT). Fonte: Bucher et al. (1994) e edição DANIEL, Omar, FCA/UFPA, 2008.

No longo trecho compreendido entre os atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, numa extensão de 230 mil quilômetros quadrados, o rio Paraguai dispõe da tridimensionalidade do tempo histórico, do privilégio do movimento, pois sua “paisagem altera-se de momento a momento, tanto no espaço como no tempo”. (CORREA FILHO, 1955, p. 8) O rio pode contar com memórias e histórias das ações deixadas pelo homem em seu incessante movimento ao explorar e sulcar seu curso. A variedade do ritmo da vida social, o ciclo das atividades econômicas, os acontecimentos descontínuos constituem-se na sua dinâmica histórica. Por não dispor do caráter uniforme como a paisagem líquida do mar, onde os céus se confundem com as ondas, o rio é submetido à dinâmica social ribeirinha, com seus segredos, e às alterações da paisagem montanhosa, da vegetação que o acompanha e do movimento dos animais.

Os principais trechos vitais do rio Paraguai foram situados com base nas informações publicadas por Dino Cozza (1995), na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: *Paraguai*

*Superior* – da nascente até a confluência do rio Jauru, com 430 quilômetros; *Alto Paraguai* – da confluência do Jauru até a foz do rio Apa, com 1.263, realizando um trajeto de 1693 quilômetros em terras brasileiras; e envolvendo trechos de divisas com a Bolívia e com o Paraguai; *Médio Paraguai* – da foz do Apa até Ita-Piru em Lomas Valentinas, com 582 quilômetros; *Baixo Paraguai* – de Ita-Piru até a confluência com o rio Paraná, com 346 quilômetros (Figura 1).

### 3. RIOS PANTANEIROS

A extensão total percorrida pelo rio Paraguai é de 2.621 quilômetros, desde sua nascente até a foz. São trechos distintos que ao receberem as águas de seus tributários formam a grande bacia do Paraguai, com uma área de 345.701 quilômetros quadrados de extensão.

O *Paraguai Superior* envolve um trecho de 430 quilômetros que vai da nascente até a confluência do rio Jauru e constitui-se de significativas mesopotâmias, formadas por grandes rios e seus tributários. A primeira mesopotâmia a ser considerada fica entre o Paraguai e o Sepotuba; a segunda entre o Sepotuba e o Cabaçal e a terceira entre o Cabaçal e o Jauru. Entretanto, as regiões entre rios, observadas de forma conjunta, desde o trecho que vai do Paraguai primitivo até ao Jauru, converge também para a região do rio Cuiabá.

A partir da confluência com o Sepotuba, o rio Paraguai já adquire o contorno suntuoso e célebre e passa a caminhar rapidamente recebendo, ainda pela margem direita, os rios Cabaçal, Jauru, Cuiabá e São Lourenço. Estes dois últimos juntam-se para, então, correr rumo ao curso definitivo.

Para o historiador Edvaldo de Assis, essa foi uma região que efetivamente favoreceu a formação de núcleos de resistências de negros escravizados durante os séculos XVIII e XIX considerando o difícil acesso e as resistências dos nativos contra os colonizadores invasores. (ASSIS, 1988, p.64; MOURA, 1959, p. 80).

O trecho conhecido como *Alto Paraguai* envolve a confluência do Jauru e alcança a foz do rio Apa, numa extensão de 1263 quilômetros, abarcando trechos de divisas com a Bolívia e com o Paraguai. Nesse quadro potamográfico, quando o Jauru lança suas águas no Paraguai já é visível a mutação da paisagem, prenunciada a partir dos arredores da histórica cidade de Cáceres. O rio deixa para traz o trecho torrencioso do Paraguai Superior e despede-se das tormentas, dos rios encachoeirados e de rápidas corredeiras que compõem seu cenário primitivo. As planícies começam daí a lhe determinar o curso. O rio torna-se compassado, de diminutos declives, de trechos quase horizontais, de remanso. As serras natais seguem o rio monumental como se fossem lembranças ou símbolos da “*infância*” passada.

Ao desprender-se de seus nutridores primitivos o Paraguai, juntamente com seus tributários, forma o “império” das águas. A imensidão aquática deste trecho passa a determinar o destino do rio.

Nessa parte, é difícil realizar o reconhecimento dos rios que se juntam para conceber o Paraguai. Os rios provenientes das montanhas, estendem-se na grande depressão, reunindo-se para formar a imensidão líquida traduzida como o fenômeno das “águas emendadas”. ( SOUZA, 1978, p. 15). Na parte meridional de Mato Grosso as serras remanescentes apresentam montes relativamente isolados e as últimas colinas que acompanham a planície extinguem-se em Coimbra à margem do rio. (MOURA,1947, p. 13-14).

#### 4. ÁGUAS EMENDADAS

Durante as enchentes, que ocorrem entre outubro e abril, os rios nascentes na encosta sul do Planalto Central fluem para alcançar a Corixa Grande, precisamente a Lagoa Uberaba, e para cobrir a imensa pradaria. Seu destino, a partir da coalescência das águas, exerce influência sobre os rios interiores e seus afluentes, os quais são mais acessíveis do que as rápidas torrentes montuosas que deságuam a poucos quilômetros da gigantesca depressão. Ao chegar à planície, o rio portentoso tem atrás de si menos de um quarto de seu curso e depara-se muito cedo com a grande aventura do Pantanal. Os homens que sulcam este espaço jamais se esquecem dessa comovente luta entre a terra e a água. (BRAZIL, 1999, p. 88)

Com o rio Paraguai privado das margens e dos afluentes, a região inteira permanece a metade do ano alagada<sup>6</sup>. Canais, bocas e furos vão sendo formados ou destruídos pela força das águas ou pela vegetação que se desprende das margens, modificando a paisagem ao longo do tempo. No trecho da imensa planície, o curso permite a navegação, mas cumpre ter ao leme pilotos abalizados. Isto porque, efetivamente, não se trata de seguir a linha sinuosa do rio, através de lagos e de terras baixas e alagadiças, entre ilhas e bancos de areia, mas também orientar, comandar, conduzir contemporaneamente as embarcações acessórias, como barças e chatas, a que o navio dá reboque (BRAZIL, 1998). Vale explicar que chatas são embarcações de estrutura resistente, com proa e popa iguais, fundo chato e de pequeno calado, em geral sem propulsão própria, para transporte de carga pesada. Em muitos momentos este tipo de embarcação enfrenta dificuldade, pois a largura mínima do canal é de 40 metros nos trechos mais críticos.

No período da seca, entre maio e setembro, esta área peculiar continua sendo ainda espaço líquido imensurável, dispondo, de longa faixa de água encharcada e agrupada que, por vários quilômetros, ocupa o campo baixo e a várzea da raia entre o Brasil e a Bolívia. As lagoas sem dispõem, pelo lado esquerdo, das encostas alcantiladas, estendem-se, nas cheias, pelos campos

---

<sup>6</sup> Em inúmeros trechos do rio, geógrafos, engenheiros e topógrafos alteram anualmente seus traçados. Em razão dos baixios e das curvas fechadas, a Capitania dos Portos do Pantanal, órgão pertencente ao Ministério da Marinha e responsável pela dimensão adequada das embarcações que sulcam o rio Paraguai, recomenda embarcações de calado máximo de quatro pés e comprimento máximo de 30 metros, com comboios que disponham as chatas a contrabordo dos rebocadores.



adjacentes, juntando-se ao rio principal pelos desaguadouros, a partir do movimento alternado das enchentes e das vazantes.

A maioria das pequenas lagoas é transitória e abastecida pelas águas escoadas dos rios vizinhos. Estas lagoas privadas da abundância das águas de alagação mantêm-se restritas em seus próprios contornos, depois se evaporam pela ação do sol e dos ventos ou desaparecem tragadas pelo rio que volta para seu leito normal. Da confluência com o rio Jauru o rio Paraguai segue seu longo caminho até alcançar a foz do rio Apa, perfazendo 1.263 quilômetros, em trechos de divisas com a Bolívia e com o Paraguai.

Uberaba, Gaíva e Mandioré são as maiores lagoas da faixa ocidental. As três lagoas encontram-se situadas na mesma linha, num enorme vale banhado de serras. A partir da boca superior do Paraguai-Mirim, o Paraguai corre serpeando muito, rumo ao sul-oeste até a região do Castelo. A lagoa do Castelo ocupa uma superfície de 70 Km<sup>2</sup> durante as cheias e liga-se ao rio Paraguai por um escoadouro a 52 km da jusante de São Francisco, constituindo-se numa bacia de 360 Km<sup>2</sup> de extensão.

Na parte meridional, nas encostas das serranias do Castelo, estendem-se uma larga depressão formada de terrenos alagáveis que se prolonga até onde se encontra o maciço calcário sobre o qual foi edificada a cidade de Corumbá. Esta cidade, situada à margem direita do rio Paraguai é, segundo as reflexões do coronel Haroldo de Carvalho Netto (1979, p.85), brasileira por caprichosa circunstância geográfica. Ocorre que a margem esquerda do grande rio, sendo extremamente baixa, obrigaram os portugueses a transpor a área que devia ter sido a fronteira natural entre as colônias lusa e espanhola. Assim, os portugueses instalaram-se sobre a imensa formação calcárea *“que obriga o rio a fazer longo desvio para leste antes de seguir para o sul, onde forma o Prata juntamente com o Paraná, a mais de 1000 quilômetros a jusante da chamada ‘Cidade Branca’*. (CARVALHO NETTO, 1979, p. 85).

A partir do porto de Corumbá<sup>7</sup>, ressaltam-se com mais a força os signos da paisagem, da memória e da história dos homens que transitaram por seu leito e vale. Resíduos de um passado agreste elevam-se como se saísse dos movimentos das águas. Antigos cenários podem ser observados com novos olhares.

Desse trecho do rio em diante emerge a imagem do paiaguá, ou do nativo canoeiro, que subia e descia o espaço líquido das baías para proteger o curso do rio. Daí em diante, o rio Paraguai penetra num dos trechos mais marcantes da história da América. É o rio do português Aleixo Garcia, do espanhol Domingos Martinez Irala, do barão de Melgaço, dos bandeirantes paulistas, dos demarcadores, dos guerreiros, dos viajantes, enfim, dos habitantes fronteiros e das cidades e povoados

---

<sup>7</sup> Corumbá é uma cidade banhada pelo rio Paraguai, cujos limites encontram-se na área contígua à fronteira.<sup>7</sup> Foi uma das primeiras praças da Guerra do Paraguai.

erguidos na região desde o período colonial. O rio converte-se em cenário que desafia a dinâmica do tempo.

Pouco abaixo de Corumbá, o rio divide um pequeno trecho de suas águas com a Bolívia, que tem como marco um destacamento militar conhecido como Puerto Buch. O rio Paraguai passa a acolher, pela sua margem esquerda, os rios Taquari, Negro e Miranda. Outros afluentes importantes alcançam o médio Paraguai como os rios Aquidabam, Ipané e Jejuí. (SOUZA, 1978).

Os braços inumeráveis e preguiçosos comutam-se em meandros e canais sinuosos. As novas gerações de visitantes e navegantes fluviais, ao sulcar o rio, podem contemplar os monumentos históricos e a paisagem natural modificada pelas marcas do tempo. Algumas narrativas, como as do viajante Bartolomé Bossi (1880) e do demarcador de limites João Severiano da Fonseca (1880), estão pontuadas de lembranças históricas do rio. (BOSSI, 1863). Fonseca, membro de uma comissão encarregada de demarcar as fronteiras do Brasil com a Bolívia, entre 1875 e 1878, percorreu o rio Paraguai desde a Corte (Rio de Janeiro) até a cidade de Vila Bela (Mato Grosso) descreveu aspectos geográficos, etnográficos e, sobretudo, sua função histórica. O relato de Fonseca (1875-1878), por exemplo, evidencia a importância geopolítica do rio e aponta nostalgicamente as marcas deixadas pela Guerra do Paraguai (1864-1870).

Fonseca destacou o valor histórico dos antigos sítios, os quais permaneceram inalteráveis enquanto fluxos essenciais da história nacional. Passados cinco anos depois do grande conflito que abalou os países platinos, Fonseca mergulhou numa grande corrente de lembranças, expondo em seu *“Itinerário da Corte à cidade de Mato Grosso”* os campos de batalhas da Guerra e as edificações militares erguidas às margens do Paraguai nos trechos nacionais e internacionais. Ao passar pela fazenda Piraputangas, localizada a mais ou menos 28 quilômetros abaixo de Corumbá e Ladário, o viajante colheu diversos vocabulários dos índios *guaná*, *laiana*, *quiniquináo* e de alguns descendentes dos *guaicuru*, contribuindo para a complementação dos estudos etnográficos de Martius, Saint Hilaire e Castelnau.

As riquezas minerais existentes nas montanhas, planícies e córregos também podem também ser contempladas nos registros dos viajantes. Consta no relato de Fonseca a importância do córrego de São Domingos que, juntamente com o de Piraputangas, forma a formosa lagoa de Jacadigo, localizada nas cercanias de Corumbá. Descendo o rio, rumo ao *Médio Paraguai*, Fonseca pontuou a importância do rio Miranda e da foz do rio Feio, a 210 quilômetros de Corumbá. A ênfase dada à passagem do rio Miranda ou *M’botetey*, ou, ainda, *Mondego* ou *Araranhy*, deveu-se a importância estratégica do presídio de Miranda, fundado em 1797, por iniciativa da Capitania de Mato Grosso e pelo empenho da expedição de João Leme, em 1776. Entre a foz do rio Miranda e o Forte de Coimbra o viajante destaca

a localidade de Albuquerque onde funcionou durante três anos (1850-1853) a sede do comando militar e de fronteira do rio Paraguai.

Ao transpor esse trecho do rio, Fonseca enfatizou o papel do Forte de Coimbra nas lutas fronteiriças de 1801, com a reação incisiva de Ricardo Franco de Almeida Serra, então comandante da praça. No trecho entre Coimbra e o rio Apa é dada ênfase à importância geográfica da baía Negra e do Fecho dos Morros.

Da Baía Negra até a foz do Apa, o rio já assume a feição internacional, pois sua margem esquerda pertence ao Brasil e a direita faz parte das terras paraguaias. O Forte Olimpo, erguido à margem direita do rio, na região do Nabileque, evidencia o vale sob o domínio de duas soberanias. O trecho lembra ainda o dinâmico trânsito de embarcações a vapor que imprimiram o dinamismo econômico do rio, em fins do século XIX.

Depois da Guerra do Paraguai, quando se constituiu a comissão de limites para demarcar e fixar as linhas divisórias entre o Brasil e o Paraguai, descobriu-se no sul de Mato Grosso uma área onde se estendia a vasta mata de erva-mate. Tomas Laranjeira, tesoureiro da comissão de limites, ao perceber a presença de imensos ervais nativos requereu junto à Corte a concessão da área para exploração da imensa congonha, sendo atendido em fins de 1882.

A colonização do sul de Mato Grosso, na terceira década do século XIX, com a penetração de criadores de gado oriundo de Minas Gerais e do interior de São Paulo, serviu de apoio ao desenvolvimento da atividade coletora da erva mate. A exploração do produto propiciou o fluxo de imigrantes paraguaios para o território brasileiro, na faixa de fronteira, já que os ervais nativos também ocupavam vastos territórios paraguaios. O sul de Mato Grosso teve, a partir da cultura da erva mate um significativo aumento demográfico proporcionando seu rápido desenvolvimento. Tendo a Argentina como principal mercado, a erva-mate transformou-se em riqueza de primeira ordem no quadro econômico da Província. O longo trajeto de descida era feito pelo Paraguai, via fluvial de acesso ao rio da Prata. As primeiras estradas terrestres foram sendo abertas para alcançar o vale inundável do rio Paraguai. A mercadoria era transportada em carroças, cumprindo jornadas prolongadas, até atingir o porto de embarque.

A dificuldade de transporte determinou a região de Santo Tomás, na serra de Maracaju, como a primeira sede da concessão. Desse ponto a erva era transportada até Concepcion, no Paraguai, onde era embarcada e enviada para o porto de Buenos Aires. A erva era extraída nas áreas altas do sul de Mato Grosso, a leste da serra de Amambaí, cuja enorme distância levou à instalação de um porto sobre o rio Paraguai com objetivo de diminuir os pesados encargos do transporte. Foi assim que, em 1892, o Banco Rio e Mato Grosso adquiriram, do major Boaventura da Mota, a fazenda das Três Barras, com cerca de dezessete mil hectares, no vale do rio Paraguai. Nesse local estabeleceu-se principal

escoadouro do mate. Neste contexto surgiu o município de Porto Murtinho, entre a Baía Negra e a Foz do Apa.

A erva era transportada por uma carreteira desde os ervais ao porto de embarque atravessando quatrocentos trinta quilômetros entre o planalto e a planície do Pantanal. Apesar das dificuldades para escoar o produto ocorreu um notável desenvolvimento à margem dos caminhos até ao porto, onde foram fundadas povoações, pousos, fazendas de criação, localidades importantes para o atendimento das necessidades dos transportadores, como mantimentos e animais de tração. A busca do porto sobre o Paraguai prescreveu a ocupação do leste de Mato Grosso, graças à abertura de novas vias de penetração e a formação de novos núcleos de população. A rota rumo à fazenda Três Barras determinou o aparecimento de Porto Murtinho, de Bela Vista, de Ponta Porã e dos povoados da cabeceira do Apa, Aquidabã, Porteira, Margarida e São Roque. Os ervais estenderam-se desde o sul do rio Pardo, envolvendo a serra do Amambaí e abarcaram a região de Maracaju e Ponta Porã. (CORREA FILHO, 1925; CAMPOS, 1955).

Muitos episódios do passado histórico brasileiro vincularam-se à paisagem imensa do rio, materializando-se nas águas do Aquidaban e Apa, este considerado o rio-limite dos acordos diplomáticos entre Brasil e Paraguai ocorridos no século XIX. Assim, no trecho entre a baía Negra e a barra do Apa, o rio Paraguai cumpriu mais uma função econômica, qual seja, levar a erva mate aos principais mercados consumidores do Prata. Na carência absoluta de vias terrestres, o rio Paraguai serviu de estímulo para a abertura de caminhos internos que alcançaram seu vale e, assim expandiram a cultura de exploração do apreciado produto nativo de Mato Grosso.

Da foz do rio Apa até Ita-Piru o rio Paraguai atravessa a parte conhecida como *Médio Paraguai* (Figura 1). Esse trecho é menos complexo que o Alto Paraguai. Possui uma profundidade média de 8 metros, mas dispõe de bancos de areia e de aflorações rochosas capazes de prejudicar a navegação. O vale fluvial desse segmento também é suscetível aos efeitos das enchentes e recebe vários tributários importantes. Abaixo da foz do Apa, estendem-se às margens do Paraguai os povoados coloniais de *Queropoti* e *Vila do Rosário*, distante a uns 140 quilômetros de *Assunção*. Em frente desta cidade deságua a boca principal do rio Pilcomayo.

Esta parte do rio - o *Paraguai Inferior*- constitui-se basicamente de um único canal acompanhado de várias lagoas adjacentes e é constantemente atingido pelas inundações que lhe condiciona uma vegetação variada: vastas savanas de palmeiras, especificamente o carandá. Dois rios oriundos dos Andes lançam suas águas no *Paraguai Inferior*: o *Pilcomayo* e o *Bermejo*. Devido à sinuosidade desses rios, grande parte de suas águas alojam-se nas planícies semi-áridas do *Chaco*, reduzindo o manancial lançado no rio Paraguai. Nesse trecho o rio corre totalmente em território da nação paraguaia rumo à confluência de outro formador da grande bacia platina. Depois, ao vencer esse

segmento, o rio suntuosamente despeja-se nas águas do Paraná para alcançar o rio da Prata, na Argentina. Enfim, misturado às águas de outros grandes formadores da bacia platina o rio perde-se no mar.

## 5. EL MEJOR RIO DEL MUNDO...

Desde o ano de 1790, o capitão da bandeira espanhola e membro da comissão de limites, Dom Martin Boneo, ao percorrer o rio Paraguai para lhe explorar as particularidades, já reforçava os objetivos militares e alimentava, através de seus relatórios, a ambição do primeiro comissário da terceira divisão de limites, Felix Azara, em fortalecer a política de expansão e estabelecer o domínio territorial e econômico das áreas estratégicas do extremo oeste brasileiro. A correspondência oficial de Félix Azara, datada de Assunção de 19 de janeiro de 1793 (AZARA, 1793 apud ANGELIS, 1836) sobre a demarcação de limites entre o Paraguai e o Brasil, evidencia seu plano de conquistar a posse do caudaloso Paraguai, acrescentando à soberania espanhola as áreas do vale, cujo valor se estampava nos imensos ervais, barreiros, salinas, pastos, aguadas e madeiras. As frotas de Cuiabá e Mato Grosso, dizia Felix Azara,

[...] cairão em nossas mãos na boca do Taquarí, ou mais ainda, podemos na paz chupar suas riquezas por um comércio que há de ser-nos vantajoso sem prejuízo; os famosos estabelecimentos de Mato Grosso, Cuiabá e serra do Paraguai serão precários a seus ilegítimos donos e ‘al fin’ cairão em nossas mãos com o tempo (AZARA, 1793, apud ABREU, 1963, p.202-203)

A essência dessa *Carta* revela a perspicácia de Azara sobre o papel estratégico do grande rio brasileiro nos projetos expansionistas e de domínio territorial espanhol:

No es posible que no tengamos las minas de Cuyabá e Mato-Groso, cuando las podemos atacar com fuerzas competentes, *llevadas por el mejor rio del mundo*, sin que los portugueses puedan sostenerlas ni llegar a ellas, sino por el embudo obstruido del rio Taquarí, en canoas y com los trabajos que nadie ignora. (AZARA apud ANGELIS, 1836, p. 44)

O Paraguai - lembrou Rubim Rezende em 1939 - esse caminho que “[...] *anda e que penetra no coração da pátria, indo beijar, depois de percurso quase todo navegável, os mananciais da maior bacia potamográfica do mundo – a do Amazonas*” ( REZENDE, 1939, p.1939) – é um rio que nasce numa das principais chapadas do Planalto Central, precisamente na cordilheira dos Parecis, localizada no oeste de Mato Grosso.

Ao discorrer sobre as características do rio Paraguai desde as suas *diamantíferas origens* observamos o quanto tinha razão o antigo comissário espanhol Felix Azara (AZARA, 1793, apud

ABREU, 1963) em cobiçar, desde o século 18, a posse da imensa via fluvial considerando “[...] *as riquezas latentes das terras banhadas pelas suas águas*”. (FONSECA, P1875-1878).

À primeira vista, o trecho que envolve o pantanal parece ser um lodaçal imenso, sem perspectiva econômica, no entanto, observou Rubim Rezende ( 1939, p.145), em 1939 sempre foi “[...] *uma das porções mais ricas do país, graças a sua vocação natural para a criação do gado vacum.*”

As pretensões de Azara, dispostas nas cartas enviadas ao Vice-Rei da Espanha eram as de promover o avanço para o norte de Mato Grosso, pois nas suas palavras as terras do “Ipané tiene tantos yerbales que se consideran inagotables.” Além disso, dizia-se a lenda de que as terras dos *Mbayás*, ou *Guaicurús*, possuíam um morro de prata. (CORREA FILHO,1926, p.131-132) A ambição de incluir no domínio espanhol as ricas terras de Mato Grosso fica patente em vários trechos da correspondência oficial de Azara sobre a demarcação de limites entre o espaço paraguaio e o Brasil. Sua carta ao Vice-Rei da Espanha, datada de Curupaiti, de 20 de junho de 1791 trazia as seguintes considerações:

[...] Qui si la linea va por los dos segundos ( pelo Ivinheima e o seu contravertente), quedarán por nosotros los mejores y mas abundantes minerales de yerba com las mejores tierras que hay desde allí al Rio de la Plata; que tendremos franca la comunicacion del Perú por los Chiquitos, y, finalmente, extendiendonos hácia el norte, quizás no pasarán muchos años sin que esta provincia posea à Cuyabá, Matogroso y los diamantes de las cabeceras del rio Paraguay. (AZARA, 1791, apud Angelis, 1836)

Em outro trecho da Carta há uma nítida intenção dos espanhóis apossarem-se de Mato Grosso “en el primer rompimiento”. Se nos tempos coloniais os espanhóis viram o Paraguai como *el mejor rio del mundo*, Zeferino Pimentel Moreira Freire (1845), presidente da Província de Mato Grosso nos anos de 1843 e 1844, e autor de uma importante *Memória Militar*, o qualificou, durante o século 19, como uma das grandes estradas móveis do Brasil que parecia “[...] *amoldado pela natureza para servir de mar interno, a fim de facilitar nossas comunicações como os vastos sertões, e abrir estes cofres entranhados na terra.*” Os relatos dos séculos XVIII e XIX evidenciavam, portanto, a importância das conexões internas determinadas pelas vias terrestres ao longo do estuário platino, as razões das questões litigiosas que redundaram na Guerra do Paraguai; as ações sociais, as condições biológicas e os dados geográficos, enfim, as circunstâncias e os acontecimentos políticos que envolveram a grande via de integração nacional e internacional.

Como comissário de limites, João Severiano da Fonseca pontuou também sua importância econômica, expressa na abundância do ouro, do diamante, do látex, da poaia, da madeira de lei. (FONSECA, 1875-1878). Cumpre ressaltar que estes recursos naturais, coletados nas matas, nas encostas das serras e nos campos úberes sempre guarneceram o curso do grande rio em sua longa caminhada.(BRAZIL, 1999, p.108).

## 6. UM ESPAÇO SOB AMEAÇA.

Nos fins do século XVIII, a explosão do processo revolucionário francês atingiu vigorosamente as relações políticas entre as monarquias europeias. Os portugueses eram pressionados pela Espanha a também se aliar à França. Entretanto, a Inglaterra, nação que exercia forte influência econômica em Portugal, lutava contra os exércitos revolucionários franceses e exigia que o governo português manifestasse apoio ao direcionamento britânico. Da complicada negociação que os diplomatas espanhóis estabeleceram com as autoridades inglesas e francesas, a Espanha optou pelo apoio à França, pois isto renderia a conquista de alguns territórios lusitanos, de grande interesse espanhol. Este quadro de tensão diplomática entre Portugal e Espanha repercutiu nas colônias americanas. Portanto, em novembro de 1796, quando Caetano Pinto de Miranda Montenegro assumiu o governo de Mato Grosso, patenteava-se a necessidade de maior vigilância na fronteira meridional e a indispensável presença de um auxiliar administrativo para o comando da *lendaria estacada ancestral do Forte de Coimbra*, fundado em 13 de setembro de 1775, à margem direita do Paraguai, por ordem de Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, 4º. Capitão General de Mato Grosso. (CORRÊA FILHO, 1945).

Ricardo Franco foi nomeado em 1796 por Caetano Pinto de Miranda Montenegro, 6º capitão-general de Mato Grosso, para assumir o cargo de Comandante do Forte. Para tomar posse partiram com ele de Vila Bela, sede da Capitania, as tropas que iriam reforçar os efetivos da guarnição de Coimbra.

O novo comandante da fronteira sul de Mato Grosso concebeu o plano de defesa para a Capitania, o qual foi exposto em *Memória ou informação dada ao governo sobre a Capitania de Mato Grosso*, por Ricardo Franco de Almeida Serra, tenente-coronel Engenheiro, em 31 de janeiro de 1800 (ALMEIDA SERRA, 1840). O plano envolvia a fundação de um núcleo de defesa militar com campo destinado à criação de gado na região de Albuquerque, com o objetivo de abastecer a guarnição de Coimbra, Albuquerque e da Povoação, mais tarde Corumbá.

Segundo Almeida Serra (1840), os espanhóis que se encontravam estabelecidos nas imediações da baía Negra, tinham seus domínios “dez vezes mais povoados” do que a Capitania de Mato Grosso e suas principais preocupações centravam-se na manutenção do território desbravado, cobiçando, entretanto, a margem oriental dos rios Guaporé e Paraguai. Pretendiam avançar pelo sul, onde suas bases estavam mais consistentes, com o objetivo de dominar a área do rio Apa, Miranda e Aquidauana, e, assim, assegurar a área inteira do Pantanal, com seus “vastos sertões [...] grandes tesouros [...] e a maior parte do corpo de grandes rios [...]”. (*Ibidem*)

Ricardo Franco, por sua vez, envolvido na missão de guardar a fronteira meridional percebeu o potencial de defesa do furo do Paraguai-Mirim. Ao observar esse ponto estratégico, teceu inúmeras

considerações sobre a importância da navegação do Taquari, avaliando os meios de transportes fluviais e a posição geográfica de Camapuã. A partir da avaliação da capacidade tática do rio, Ricardo Franco mostrou a necessidade de uma “reforçada patrulha” nas cercanias do morro de Albuquerque, para cobrir Coimbra e Miranda, em caso de guerra. Acentuou-se, a partir daí, a importância estratégica do Forte de Coimbra, dada a sua posição entre dois morros (atualmente Morro da Marinha e Morro de Coimbra).

Havia uma grande preocupação do comandante com a possibilidade de ataque espanhol pelo rio usando embarcações, e por terra através da cavalaria. Nesse aspecto foram avaliadas as possibilidades de tráfego entre Cuiabá e o “paso” do Paraguai (CORTESÃO, 1984), bem como acesso ao Presídio de Coimbra e Miranda.

Foram também minuciosamente estudados os vastos campos do vale do Paraguai, estendidos a oeste de Coimbra, envolvendo o sul das serras de Albuquerque. Segundo Ricardo Franco, o morro de Albuquerque podia socorrer Mato Grosso nas circunstâncias de guerra por ser um lugar também apropriado para confinamento de gado e armazenamento de mantimentos, que dissimuladamente os luso-portugueses poderiam conduzir a Coimbra, ainda que fosse sitiada.

Apesar da tensão diplomática entre Portugal e Espanha, desde 1797, Ricardo Franco mantinha sua tarefa de garantir a segurança no sul, dedicando maior atenção aos problemas administrativos do Forte. Como militar-geógrafo, a sua habilidade em avaliar as potencialidades topográficas do “paso do Paraguai” concorreu para impor, de forma definitiva, o domínio português na margem ocidental do rio Paraguai.

O Forte de Coimbra, além de baliza, devia impedir o acesso à antiga posse portuguesa nas duas margens do rio Paraguai, cobrindo, guardando e assegurando as bocas e a navegação do rio Mondego (Miranda) e Taquari. De acordo com as *Memórias* de Almeida Serra (1800), o Forte também viria assegurar a navegação dos dois rios estratégicos e, conseqüentemente, proteger a boca do Paraguai-Mirim e os trechos do Alto Paraguai e Paraguai Superior, envolvendo as lagoas confinantes à Província de Chiquitos. (ALMEIDA SERRA, 1840, p. 20).

Por tudo isso, Ricardo Franco transformou-se na figura proeminente do Forte e este passou a representar verdadeiro corte na artéria vital das comunicações espanholas com o Vice-Reinado do Prata. (*Ibidem*, p.40). Apesar da marcante imagem do Forte, em setembro de 1801, os espanhóis decidiram atacar Coimbra. Durante oito dias a Fortaleza resistiu ao assédio da esquadra inimiga, sob o comando de Ricardo Franco. Conforme a narrativa de Raul Silveira do Mello, o Forte foi atacado, por ordem de Dom Lázaro Ribera Espinoza, à época governador da Província espanhola de Assunção, a partir de um antigo sonho de Felix Azara, que, conforme já referido, pretendia desalojar os portugueses



de Coimbra e Albuquerque e, enfim, ocupar o sul de Mato Grosso, especialmente dominar o rio Paraguai.

Os desentendimentos diplomáticos entre os países ibéricos, verificados desde 1797, contribuíram para amadurecer os planos de invasão de D. Lázaro. Os portugueses, de acordo com Silveira de Mello, desconfiavam das intenções paraguaias: “*Suspeitava Caetano Pinto e previa Ricardo Franco que Lázaro Ribera espreitava uma oportunidade para resolver pelas armas a disputa do sul de Mato Grosso, mas ambos achavam que a imponência do Forte teria inibido os impulsos agressivos do Paraguai.*” (MELLO, 1964, p.150).

A curta duração da guerra entre as duas Metrôpoles (Portugal e Espanha), deflagrada em 1801, foi suficiente para que o chefe paraguaio agisse no sul de Mato Grosso. O conflito na Europa representou o momento ideal para D. Lázaro colocar em prática seu antigo plano. Ciente de que a França e a Espanha haviam declarado guerra a Portugal, o governador castelhano pode organizar a *surpresa tática*, com liberdade de iniciativa, contra o Forte. A força da flotilha de D. Lázaro já indicava que o rio fatalmente ficaria sob seu domínio. Mas os “*erros de concepção, de execução e de comando*” dos castelhanos deram a Ricardo Franco a vitória sobre o adversário, conforme explica Silveira de: “[...] *a marcha fluvial, que podia ter sido vigorosa e contínua, arrastou-se morosamente [...] Os retardos em Bourbon e Baía Negra afastaram a possibilidade da surpresa tática e serviram de alerta à guarnição de Coimbra*”. (MELLO, op.cit, p.175). Nas considerações de Silveira de Mello, o fracasso do governador paraguaio “[...] *serviu de remate ao pleno domínio português sobre o histórico baluarte, sobre a margem ocidental do Rio Paraguai e a região de campos e ervais do sul mato-grossense.*”. MELLO, loc.cit, p.175).

## 7. INCIDENTES DIPLOMÁTICOS

Corria o ano de 1850 quando o presidente da Província, João José da Costa Pimentel, decidiu ocupar o *Fecho-dos-Morros*, área de suma importância estratégica, cuja operação despertou a indignação e a ira do governo paraguaio, que evocava o poder legítimo sobre o local. (MELLO, 1966, p.125)

A reação foi tão intensa a ponto de a nação paraguaia organizar imediatamente uma força militar para expulsar os ocupantes do estratégico lugar. O incidente, apesar de ter sido resolvido pela via diplomática, alertou o Gabinete Imperial da frágil estrutura de defesa do sul de Mato Grosso. Dentro desse contexto, o Comando Geral de Fronteira foi transferido para o Forte de Coimbra. (*Ibidem*):

Por muito tempo, o governo colonial e mesmo o imperial manteve vigilância constante em torno do *Taquari* e do *Paraguai-Mirim*, afluentes do Paraguai que ligavam a Corte a São Paulo. No entanto, os desentendimentos ocorridos em 1850 revelaram a necessidade de nova alternativa

estratégica que, conforme Silveira de Mello tratavam-se “[...] *ao revés, no momento (a partir do incidente do Fecho dos Morros de 1801), de ligar o rio e a terra bandeirante não mais por Camapuã, mas pelo varadouro do Nioaque, visando por essa intercomunicação o surto meridional da Província.*” (MELLO, loc.cit).

Em 1851, Leverger assumiu o cargo de Presidente de Mato Grosso. Dois anos mais tarde, determinou o retorno do Comando Geral da Fronteira para Corumbá, acionando os antigos propósitos políticos do Brasil em defender e povoar a parte meridional de Mato Grosso. Qualquer movimento externo nessa área lindeira representava sério risco à soberania brasileira.

O perigo de uma possível invasão paraguaia, patenteada na *Missão Pedro Ferreira*, levou Leverger a tomar estratégicas medidas de defesa e de preparo logísticos, ensejando a abertura da rota fluvial Tibagi-Paranapanema-Ivinhema-Miranda. (ACCIOLY, 1938, p. 75-78. MELLO, 1964, p.127).

Cabe explicar alguns aspectos da referida missão diplomática que redundou nas sérias medidas tomadas pelo governo para garantir a soberania imperial. Em 1855 o governo brasileiro encarregou Pedro Ferreira de Oliveira para uma missão diplomática, em Assunção. A missão teria fracassado porque o ajuste sobre limites restringiu-se ao “*adiamento da solução da questão*”. (MELLO, 1966, p. 125).

A determinação de um novo prazo para a celebração dos acordos de limites foi entendida como manifestação de resistência do governo paraguaio em resolver a questão lindeira por meio de negociações e acordos. O malogro da incumbência diplomática de Pedro Ferreira preocupou o Presidente da Província de Mato Grosso que, para atender de perto o problema, transferiu-se com a sede do governo para o Forte de Coimbra, permanecendo ali por um ano.

O Forte de Coimbra, neste sentido, afigurou-se nas narrativas memorialísticas e nos documentos oficiais, como uma das chaves da navegação brasileira, não só por sua posição geoestratégica como pelos fastos militares ocorridos em 1801, 1850 e 1864, quando foi alvo constante das investidas paraguaias.

## 8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O rio, elemento da paisagem natural, embora revestido pelo manto superficial da contemporaneidade, permite que o historiador perceba a permanência das tradições e dos vestígios do passado. O rio Paraguai, de cuja intimidade desprende-se fragmentos históricos do presente e do passado, carrega, conforme lembrou Shama (1995) um “*rico depósito de mitos, lembranças e obsessões*”. Os lugares conhecidos, assentados ao longo do rio, como as fazendas isoladas, os arraiais ribeirinhos, os sítios históricos, as veredas, a ponte, a balsa, o pantanal e as práticas habituais dos homens, constituem-se como elementos que materializam a memória e, que convidam o historiador a arrematar o passado, penetrando nos múltiplos caminhos do tempo para, assim, desvendar suas formas

de articulação às bases da história brasileira. A aventura e o sentido do rio Paraguai encontram-se inscritos nas antigas cidades portuárias, na intensa presença da Marinha e do Exército, nas variadas construções narrativas.

Das reflexões realizadas o referido rio estampa-se como área de controle colonial e imperial, objeto de operações de guerra navais, foco de disputas lindeiras, agente de captação de recursos econômicos e como dinâmica via de comunicação entre povos.

A análise acerca dos antecedentes da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) evidenciou que os fatores geopolíticos do rio Paraguai firmaram-se como pontos de latentes discórdias entre a política expansionista espanhola e portuguesa. O Pantanal e o Chaco, embora sendo áreas de constantes inundações representaram o campo de acirradas disputas coloniais, de resistências indígenas, de importantes tratados e de porfias lindeiras que remontaram à história das nações latino-americanas nos oitocentos. Por mais de meio século (1801-1864) o império brasileiro e a república paraguaia conviveram com pendências lindeiras, cujos acertos diplomáticos pareciam insolúveis. Durante o período colonial e imperial, o governo conservou a vigilância constante em torno dos rios Taquari e Paraguai-Mirim, afluentes do Paraguai que ligavam a Corte a São Paulo, sempre acionando os antigos propósitos políticos do Brasil em defender e povoar a parte meridional de Mato Grosso. Qualquer movimento externo nessa área lindeira representava um sério risco à soberania brasileira.

No entanto, as habilidades diplomáticas dos delegados imperiais serviram para anular os entraves que impediam a celebração do tratado de livre comércio através do rio Paraguai. Com o empenho de missões diplomáticas tornou-se possível o estabelecimento do "*Tratado de Amizade Comércio e Navegação*", de 6 de abril de 1856, entre o Brasil e Paraguai, franqueando o rio aos navios brasileiros. Este Tratado, embora não tenha solucionado a questão de limites entre o Paraguai e o Brasil, permitiu o comércio regular entre Montevidéu e Cuiabá, através da Companhia de Navegação a Vapor, até o ano de 1864, quando ocorreu a invasão paraguaia em Mato Grosso. Nos anos que antecederam a Guerra do Paraguai (1856-1864), as cidades de Corumbá, Cuiabá e Cáceres experimentaram dinâmico fluxo econômico devido ao acesso do grande rio ao comércio internacional mantendo, entretanto, a vigilância constante sobre as áreas disputadas.

As dificuldades para delimitar os contravertentes dos rios Paraná e Paraguai, ajudaram a acirrar os desentendimentos entre os países vizinhos. Como legado dessas constantes rixas, as antigas colônias espanholas, independentes durante os oitocentos, submeteram o implacável destino expansionista a um

desenlace histórico, cujo ápice foi a sangrenta e prolongada luta entre as nações do Prata, conhecida como Guerra do Paraguai<sup>8</sup>.

O grande rio, conquistado com base no princípio tradicional dos tratados coloniais, precisou ser projetado como um elemento que percorria o corpo da “*pátria-mãe*”, já que nela assentavam-se os “*lendários*” montes natais de suas águas. E os países também contemplados por este cobiçado curso fluvial disputaram anos a fio os marcos convencionais determinados pela história diplomática entre Portugal e Espanha. Mas os limites entre o Brasil e o Paraguai só se estabeleceram definitivamente depois do violento episódio da Guerra Grande. A partir daí, paraguaios e brasileiros têm alimentado o desejo de consolidar uma união comercial efetiva entre as nações do Prata, como um desafio a ser enfrentado pelo Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil, na tentativa de superar conjuntamente as questões econômicas e, também, atenuar as cicatrizes deixadas pelo longo e sangrento conflito.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500-1800)*, & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. Prefácio, revisão e anotação de José Honório Rodrigues. 5. ed. rev. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.
- ACCIOLY, Hildebrando. *Limites do Brasil- a fronteira com o Paraguai*. São Paulo/Rio de Janeiro/ Recife/ Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. (Coleção Brasileira, v. 131).
- ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. *Rio Paraguai*. Memória ou informação dada ao Governo sobre a Capitania de Mato Grosso por Ricardo Franco de Almeida Serra. Tenente-Coronel Engenheiro. Cuiabá: Copiada de um manuscrito oferecido ao Instituto pelo Sócio Correspondente Doutor José Antônio Pimenta Bueno, que o fez transladar do manuscrito original que existe na Secretaria do Governo de Cuiabá, 31 de janeiro de 1800. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 2, p. 20, 1840.
- ASSIS, Edvaldo de. *Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso*. Cuiabá: Edições UFMT/Proed., 1988, p. 64 e MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959.
- AYMARD, M. et. al. – *Ler Braudel*. Trad. Beatris Sidou.- Campinas, S.P: Papirus, 1989
- AZARA, Félix Azara. Carta datada de Assunção de 19 de janeiro de 1793 sobre “la demarcación de limites entre el Paraguay y el Brazil”). In: CORRÊA FILHO, Virgílio. “Considerações acerca do Paraguai, via Fluvial de navegação para Cuiabá, no Centro da América do Sul. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.
- AZARA, Félix Azara. Carta datada de Assunção de 19 de janeiro de 1793 sobre “la demarcación de limites entre el Paraguay y el Brazil”). In: ABREU, Capistrano de – *Capítulos de História Colonial*

---

<sup>8</sup>A Guerra da Tríplice Aliança é também conhecida por Guerra do Paraguai, Guerra Contra o Paraguai, Guerra Guaçu, Guerra Grande ou, ainda, Guerra Maldita. A expressão Guerra Grande foi dada por Augusto Roa Bastos, notável escritor paraguaio. Cf. Mota, Carlos Guilherme Mota. “A guerra contra o Paraguai: A história de um silêncio”. In: Marques, Maria Eduarda Castro Magalhães(org.) *Guerra do Paraguai- 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.37-50.

(1500-1800), & *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5ª ed.- revista, prefaciada e anotada pôr José Honório Rodrigues. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1963.

AZARA, Félix. Carta ao Vice-Rei da Espanha enviada de Curupaiti em 20 de junho de 1791. In: ANGELIS, Pedro. *Colección de Obras y Documentos*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836. (Correspondência oficial e inédita sobre la demarcación de limites entre el Paraguay y el Brazil).

AZARA, Félix. Carta datada de Assunção de 19 de janeiro de 1793. In: ANGELIS, Pedro. “La demarcación de limites entre el Paraguay y el Brazil” -*Colección de Obras y Documentos, Buenos Aires, Imprenta del Estado, 1836, p. 44.* (Correspondência oficial e inédita)

BARROS, José D'Assunção. “A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos”. *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 2011.

BOSSI, Bartolomé. *Viagem pitoresca pelos rios Paraná, Paraguai, São Lourenço e Arinos e notícia descritiva da Província de Mato Grosso (1863)*. Paris: Libreria Parisiense Dupray de la Meherie; Rio de Janeiro: Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, [1863]. Lata n. 338, documento n. 23.

BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico na Época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

BRAZIL, Luiz Angelino. Depoimento (set.1998). Entrevistadora: Maria do Carmo Brazil. Corumbá - MS, 1998.

BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: o ‘mar interno’ brasileiro*. Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais. 1999. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.

BRAZIL, Maria do Carmo. Luiz Angelino Brazil (Depoimento, set,1998). In: BRAZIL, Maria do Carmo. *Rio Paraguai: o ‘mar interno’ brasileiro*. Uma contribuição para o estudo dos caminhos fluviais. 1999. Tese (Doutorado)- Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1999.

BRAZIL, Maria do Carmo; PEREIRA, Jacira Helena do Valle. “Mãos Telentosas. Reflexões sobre cinema e educação na biografia histórica de Bem Carson”. In: Souza, Sauloéber et. al. *Cinema e Ensino de História da Educação*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013.

BUCHER et al. *Hidrovia: uma análise ambiental inicial da via fluvial Paraguai-Paraná*. Manomet, Massachusetts, USA: Humedales para las Américas, 1994; (Material cartográfico editado por DANIEL, Omar, FCA/UFGD, 2008).

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)* . São Paulo, Unesp, 1991.

CAIRE-JABINET, Marie-Paule. *Introdução à historiografia*. Trad. Laureano Pelegrin. Bauru, SP: Edusc, 2003.

CAMPOS, Fausto Vieira de. *Retrato de Mato Grosso*. São Paulo: Revista Oeste, 1955.

CARVALHO NETTO, Haroldo. Corumbá, Praça de Guerra. *Revista Militar Brasileira*. Brasília: Centro de Documentação do Exército, jan./abr., 1979, p. 85.

- CORBIN, Alain. *O Território do Vazio -A praia e o imaginário Ocidental*. São Paulo : CIA das Letras, 1989.
- CORRÊA FILHO, Virgílio – *À sombra dos Ervais Mato-grossenses*. São Paulo: São Paulo ed., 1925.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. “Considerações acerca do Paraguai, via fluvial de navegação para Cuiabá, no Centro da América do Sul”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p. 127.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *As raias de Mato Grosso*. São Paulo: Seção de Obras d’O Estado de São Paulo, 1926. 4 v.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. O Porto de Corumbá. *Mensário Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1945.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. Fazendas de Gado no Pantanal mato-grossense. Documentário da vida rural nº 10- Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura - Serviço de informação agrícola, 1955.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*. Lisboa: Livros Horizontes, 1984. Tomo III.
- COZZA, Dino Willy. A importância da Bacia do Paraguai para o Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, 156(387), p. 265-273, abr./jun. 1995.
- FONSECA, João Severiano da – “*da Côte à cidade de Cuiabá*” In: *Viagem ao Redor do Brasil – 1875-1878*, -. Rio de Janeiro: Pinheiro, 1880 , v.1.
- FONSECA, João Severiano da. *Esboço corográfico da Província de Mato Grosso*. Viagem ao Redor do Brasil – 1875-1878. Rio de Janeiro: Tipografia de Pinheiro & C., 1880. v. 1.
- FREIRE, Zeferino Pimentel Moreira. Memória Militar sobre o Rio Paraguay na Província de Matto Grosso. *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1845. Lata 763, Pasta II. (Documento Avulso).
- GRUPO ACABA – *30 anos de música, cultura e pesquisa*. Campo Grande: RG Editora/ Fundação de Cultura de MS, 1998.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de . *Monções*. Rio de Janeiro: Coleção Estudos Brasileiros da CEB, 1945.
- LACERDA, Moacir de e CHARBEL FILHO, José [com Grupo Acaba]. “Fernandes Vieira”. *Grupo Acaba Canta-dores do Pantanal*. LP, Discos Marcus Pereira, 1979.
- LEVERGER, João Augusto Manoel. Roteiro da Navegação do Rio Paraguai desde a foz do São Lourenço até o Paraná. *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico, e etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, tomo XXV, 1862.
- Ludwig, Emil. *O Nilo- A história de um rio*. Trad. Marina Guaspari. 4<sup>a</sup>.ed. Porto Alegre: Ed. Da Livraria do Globo. 1943.
- Bachelard, Gaston. *A poética do Espaço*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MARQUES, Maria Eduarda Castro Magalhães (org.) *Guerra do Paraguai- 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p.37-50.

MELLO, Raul Silveira de. *Corumbá, Albuquerque e Ladário*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1966.

MELLO, Raul Silveira de. *Um homem do dever – Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra* (No sesquicentenário de sua morte). Rio de Janeiro: Bibliex, 1964.

MOTA, Carlos Guilherme Mota. “*A guerra contra o Paraguai: A história de um silêncio*”. In:

MOURA, Pedro de. *Bacia do Alto Paraguai: Fisiografia*. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro: Geografia Conselho Nacional de Geografia, Ano V. Jan./Mar. 1943, p. 13/14.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da Senzala*. São Paulo: Edições Zumbi, 1959

RANCIÈRE, Jacques. *Os Nomes da História- Um ensaio da Poética do Saber*. São Paulo: Educ/Pontes, 1994.

REZENDE, Rubim. *Reservas de brasilidade*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939. (Coleção Brasileira, v. 161).

RODRIGUES, José Barbosa. Paraguai, o rio dos Papagaios. *Jornal Correio do Estado*. Campo Grande, MS, 19.07.1997.

SHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. Trad. Hildegard Fiest. - São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural : mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800*; trad. João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOUSA, Lécio Gomes de. A invasão de Mato Grosso através do eixo fluvial. *Revista Militar Brasileira*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército/Secretaria do Ministério da Guerra, out./dez. 1965.

SOUZA, Lécio Gomes de. *Bacia do Paraguai*. Geografia e História. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.

Souza, Lécio Gomes de. “Aspectos peculiares- águas emendadas”. In: *Bacia do Paraguai*. Geografia e História. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1978

THOMAS, Keith - *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VIDAL, Laurent. *Alain Corbin o prazer do historiador*. *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2005, vol.25, n.49, pp. 11-31. ISSN 1806-9347.